



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 630/2016-e.

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF.

ASSUNTO: Consulta.

EMENTA: Apreciação quanto ao mérito de consulta formulada pela então Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, acerca da aplicabilidade da Decisão nº 2671/2013 a questionamentos apresentados pela Coordenação de Prestação de Contas da Subsecretaria de Administração Geral. **Parecer convergente, com acréscimo.**

PARECER N.0818/2016–CF

Os autos tratam de consulta formulada pela então Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, mediante o Ofício nº 2400/2015-GAB/SE e anexos (e-DOC A6F99B27), acerca da aplicabilidade da Decisão nº 2671/2013 a questionamentos apresentados pela Coordenação de Prestação de Contas da Subsecretaria de Administração Geral.

2. Cabe transcrever excerto contendo o teor da consulta em tela:

“Cumprimento-o cordialmente e reporto-me a DECISÃO nº 2671/2013, exarada no Processo nº 24380/2012, que trata de consulta formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal - SEDEST/DF acerca do questionamento apresentado pelas entidades socioassistenciais quanto a possibilidade de utilização de recursos repassados por aquela Secretaria para fins de quitação de despesas com verbas rescisórias e encargos sociais.

"DECISAO Nº 2671/2013

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da consulta formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal acerca da possibilidade de utilização de recursos repassados por aquela Secretaria para fins de quitação de despesas com verbas rescisórias e encargos sociais pelas entidades sociassistenciais conveniadas; II – responder ao órgão consulente que: a) o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.742/1993, com redação conferida pela Lei nº 12.435/2011, bem como a forma de transferência de recursos, levada a cabo pela SEDEST/DF, para custear a execução dos objetos dos Convênios firmados com entidades socioassistenciais, não constitui óbice para a quitação de verbas rescisórias pelas referidas entidades com recursos públicos; b) a quitação de verbas rescisórias com recursos públicos restringe-se apenas aos trabalhadores efetivamente envolvidos na consecução do objeto do Convênio; c) todas as obrigações trabalhistas suportadas pelas entidades socioassistenciais devem estar previstas no Plano de Aplicação, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666/93; III- autorizar: a) a devolução do Processo nº 380.002054/2012 à SEDEST/DF; b) o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator (Anexo I).”

2. Consoante ao contido na Decisão em tela a Coordenação de Prestação de Contas,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

unidade técnica subordinada a Subsecretaria de Administração Geral desta Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, por meio do Memorando nº 109/2015-COPRESC/SUAG, datado de 22 de outubro de 2015, cópia anexa, requer seja submetido a essa Corte de Contas, quanto a aplicabilidade da supracitada decisão, os questionamentos a seguir transcritos:

“(…)

1. Qual é o período, o percentual e modalidade em que as Instituições Conveniadas podem realizar o pagamento de valores referentes a rescisões contratuais e pagamento de anuênios de funcionários? Uma vez que diversas Instituições alegam que possuem convênios com o Governo do Distrito Federal há muitos anos, o que caracterizaria a continuidade deles. Afirmam ainda, que desde então somente o que vem mudando é a nomenclatura dos Secretarias responsáveis pelo acompanhamento do objeto dos convênios, sendo que os recursos são única e exclusivamente do Tesouro do Distrito Federal, haja vista que as Secretarias não possuem receitas próprias. Por fim, ressaltam que os convênios são aditados ano após ano, com alterações mínimas, mais nunca quanto ao seu objeto, ou seja, o status quo ante permanece inalterado no que tange à aplicação dos recursos, o que caracteriza a continuidade da prestação dos serviços e, conseqüentemente, da observância das obrigações trabalhistas ali previstas.

2. Considerando ainda a situação acima exposta, questiona-se quando do término do convênio com o Ente Público existe a continuidade da relação trabalhista? Uma vez que os convênios vêm sendo aditados e ou substituído por outro quase sempre que de forma contínua. Exemplo: O Convênio 01/2010 foi firmado pela Entidade X, com vigência de 01/01/2010 até 31/12/2010, contudo em 01/01/2011 foi firmado novo Convênio com a mesma Entidade, com o mesmo objeto, para período semelhante (12 meses), e ao término deste outro convênio, é firmado nos mesmos moldes para 2012 e assim sucessivamente.

3. Quais são as obrigações trabalhistas que devem/podem ser suportadas pelos convênios? Quais devem/podem ser suportadas pelas Entidades? Qual é o procedimento que deve ser adotado quando da substituição/rescisão de contrato de profissionais (professores/monitores/cozinheiros e etc) quando da necessidade de afastamento por meio de licença maternidade? É permitido às Entidades dispensar o pagamento, ou recolher a menor dos empregados o valor relativo ao recolhimento do percentual de 6% referente ao vale transporte, conforme disposto no Lei nº 7.418/1985 e no Decreto nº 95.247/1 985? O valor pago de vale transporte pode ser em pecúnia? Ressalta-se que algumas Entidades estão realizando o pagamento do vale transporte em dinheiro, tendo em vista que alguns de seus empregados moram nas regiões do entorno do Distrito Federal, cujas empresas operadoras de transportes públicos não emitem e ou aceitam vale transporte de outras regiões, o que impossibilita a compra de vale transporte.

4. O saldo financeiro remanescente de um exercício pode ser utilizado no exercício seguinte caso o convênio venha a ser renovado ou aditivado? Considerando que as atividades desenvolvidas para a oferta de educação infantil são contínuas (possuem especificidades), há que se aplicar o previsto no art. 9º, inciso X do Decreto no 35.240/2014?

“(…)”

3. Cumpre esclarecer que compete a Coordenação de Prestação de Contas a análise das Prestações de Contas Referente aos Termos diversos firmados por esta Pasta, sendo assim procedente as dúvidas ora apresentadas, conforme teor do memorando



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

daquela Coordenação:

“uma vez que a luz da análise das prestações de contas dos convênios firmados pela SEDF com as mais diversas Instituições Filantrópicas e sem fins lucrativos, para a oferta de educação infantil no DF, há inúmeros aspectos da Legislação que devem ser considerados ao observar a decisão supra.” (Destaquei)

3. Inicialmente, consoante Informações nº 32/2016-2ª-Diacomp e nº 035/2016 - SEACOMP, o Corpo Instrutivo entendeu pelo não conhecimento da consulta, diante da ausência do parecer técnico-jurídico da Administração, em desacordo com Regimento Interno¹ do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4. De outra, considerando a relevância da matéria, por meio do Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT (e-DOC nº FFFE2814), o Conselheiro-Relator determinou à SEE que encaminhasse à Corte o parecer técnico-jurídico faltante, sob pena de não conhecimento da consulta.

Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT

“I - preliminarmente, determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe à Corte o parecer técnico-jurídico exigido no § 1º, parte final, do art. 194 do RI/TCDF, sob pena de não conhecimento da consulta;”

5. Consta também nos autos a Informação nº 44/2016-2ª DIACOMP (e-DOC E7B7228D-e), que avaliou a admissibilidade de Representação, com pedido de cautelar, do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS, (e-DOC nº 4991E0D3) juntada aos autos do Processo 10.124/2016-e.

6. A CEPAS questiona ato da jurisdicionada por meio do qual teria notificado diversas entidades que firmaram convênio com o Distrito Federal – DF –, a fim de que fossem justificadas ou restituídas despesas sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (e-DOC nº BFADCF13), fixando prazo a até o dia 31/03/2016.

7. Segundo a Instrução, a referida representação foi aditada (e-DOC nº 4991E0D3) e, conforme afirma a CEPAS, a conduta da Secretaria de Estado de Educação – SEE se mostra contraditória à consulta formulada pela própria SEE, posto que a notificação exarada requer a devolução de valores referentes a despesas objeto da consulta. Prossegue, a conduta seria abusiva, por supostamente desrespeitar a Decisão nº 2.671/2013 exaradas nos autos do Processo nº

¹ Art. 194. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal conhecerá das consultas que lhe forem formuladas pelo Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de **parecer técnico-jurídico da Administração**. (destaquei)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

24380/2012.

8. Em cumprimento ao referido Despacho Singular nº 144/2016-GC/PT, a SEE fez verter a esta Corte o Ofício nº 540/2016-GAB/SE, bem como a cópia do processo administrativo nº 460.000.055/2016 (e-DOC nº CDC628F8), de onde se extrai a Informação Jurídica nº 189/2016-AJL-SE (fls. 46-52, daquele processo administrativo).

9. O Corpo Instrutivo, por meio da Informação nº 052/52/2016-2ª DIACOMP, promoveu o exame de mérito da consulta, conjugando o questionamento formulado, a análise da Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL), e promovendo a análise de cada ponto.

10. A respeito do primeiro questionamento “1. Qual é o período, o percentual e modalidade em que as Instituições Conveniadas podem realizar o pagamento de valores referentes a rescisões contratuais e pagamento de anuênio de funcionários?”, a Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL) se posicionou, *in verbis*:

“(...) nesse primeiro momento, é crucial destacar que, em 23 de janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei 13019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, logo, em respeito ao princípio da legalidade administrativa, a presente análise jurídica se debruçará sobre as inovações do citado normativo.

(...)

Sobre o questionamento supra, importante trazer à baila a regra prevista no art. 46, inciso I, da Lei 13.019/2014, senão vejamos:

art. 46. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

***I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho**, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, **durante a vigência da parceria**, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;*

Logo, entende-se que a dúvida suscitada encontra-se esclarecida no artigo retromencionado, vez que, conforme determinação legal, as verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, poderão ser pagos com os recursos vinculados à parceria, apenas, durante sua vigência.” (Os destaques são do original).

11. O Corpo Técnico, considerando que a AJL não tratou dos anuênios, fez consignar a definição da gratificação que pode derivar da liberalidade do empregador, ou de acordo na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

12. Anotou o caráter normativo da gratificação, na forma da Consolidação das Leis do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Trabalho (CLT)², sua natureza salarial, consoante entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST)³, e concluiu lícito o seu pagamento com recursos vinculados à parceria, na forma do inciso I do art. 46 da Lei n.º 13.019/2014. De qualquer forma, seja por força de CCT ou liberalidade do empregador, deve constar do plano de trabalho, na forma do art. 22, inciso II-A, da Lei n.º 13.019/2014:

art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

(...)

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

13. A respeito das verbas rescisórias, discordou da interpretação literal dada pela AJL, a favor de uma interpretação “teleológica do dispositivo”, tendo em vista o princípio contábil da competência. Assim entendeu que a limitação à vigência da parceria se refere ao fato gerador da despesa, e não momento do pagamento da despesa, de sorte que *“Entende-se ser mais sensato encerrar a parceria e, no dia útil seguinte, fazer o desligamento dos funcionários, se for este o desejo da entidade parceira, utilizando-se os recursos vinculados à parceria para fazer os pagamentos das verbas rescisórias, ainda que o ajuste não esteja mais em vigor.”*

14. O Corpo Técnico conclui *“respondendo objetivamente ao primeiro questionamento, entende-se que o pagamento dos valores referentes a rescisões contratuais e anuênios de funcionários deve respeitar os prazos e percentuais dos normativos aplicáveis, caso a caso. Outrossim, tais despesas podem ser pagas com recursos oriundos da parceria, desde que o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência da parceria ou, na hipótese de rescisão sem justa causa e com aviso prévio indenizado, imediatamente após o seu término.”*

15. Quanto ao segundo questionamento, “2. Considerando ainda a situação acima exposta, questiona-se quando do término do convênio com o Ente Público existe a continuidade da relação trabalhista?”, a AJL consignou, *litteris*:

“Considerando ainda a situação acima exposta, questiona-se quando do término do convênio com o Ente Público existe a continuidade da relação trabalhista? Uma vez que os convênios vêm sendo aditados e ou substituído por outro quase sempre que de forma contínua. Exemplo: O Convênio 01/2010 foi firmado pela Entidade X, com vigência de 01/01/2010 até 31/12/2010, contudo em 01/01/2011 foi firmado novo Convênio com a mesma Entidade, com o mesmo objeto, para período semelhante (12 meses), e ao término deste outro convênio, é firmado nos mesmos moldes para 2012 e assim sucessivamente.” (Grifou-se).

² Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943:

“art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o **acordo de caráter normativo**, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam **condições de trabalho aplicáveis**, no âmbito das respectivas representações, **às relações individuais de trabalho**. (Redação dada pelo Decreto-lei n.º 229, de 28.2.1967).” Grifou-se.

³ Enunciado da Súmula n.º 203 do TST: “A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

[...]

“De início, é crucial colacionar aos autos a disposição contida no art. 46, §3º [da Lei n.º 13.019/2014], in verbis: § 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público. Portanto, considerando que a equipe contratada pela entidade parceira não possui qualquer vínculo trabalhista com o poder público, entende-se que o presente questionamento é de caráter eminentemente particular, ou seja, de interesse exclusivo da entidade parceira, cabendo a ela decidir se permanecerá com a equipe ou não ao término da parceria.”

16. Em concordância, veja-se a conclusão da Instrução sobre o tema:

“27. Portanto, responde-se ao segundo questionamento afirmando-se que a continuidade da relação trabalhista não possui vínculo com a vigência da parceria firmada com o Ente Público, sobretudo considerando-se que a responsabilidade pelo gerenciamento das despesas relativas a pessoal é exclusiva da entidade parceira (art. 42, XIX, da Lei n.º 13.019/2014) e que o pagamento de tais despesas não gera vínculo trabalhista entre os empregados e o poder público (art. 46, §3º, da Lei n.º 13.019/2014).”

17. Com relação ao primeiro item do terceiro questionamento, “3. Quais são as obrigações trabalhistas que devem/podem ser suportadas pelos convênios? Quais devem/podem ser suportadas pelas Entidades?”, a Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL) afirmou que:

“Quanto a dúvida referente às obrigações trabalhistas que devem/podem ser suportadas pelos convênios, é necessário colacionar, novamente, o art. 46, da Lei 13.019/2014, in verbis:

art. 46. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados a parceria: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

(...)

Logo, em respeito ao princípio da legalidade que rege a atividade administrativa, entende-se que somente poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas acima elencadas.

Assim, a contrário sensu, outras despesas não previstas na lei de regência, deverão ser custeadas diretamente pela entidade.” (Destacou-se)

18. A Instrução avaliou equivocada a manifestação da AJL, e considerou que o art. 46 estabelece as despesas que podem ser pagas com recursos vinculados à parceria, mas lembrou que o rol de despesas não é taxativo, e sim exemplificativo, como quis demonstrar o termo “entre outras despesas” constante no *caput*, e que o instrumento legal também estabeleceu vedações, na forma do art. 45, transcrito abaixo:

“art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;”

19. Conclui a Instrução que *“podem ser pagas as despesas cujas finalidades estejam alinhadas ao objeto da parceria, observando-se as vedações e o rol exemplificativo constantes dos art. 45 e 46, respectivamente, da Lei n.º 13.019/2014.”*.

20. Na resposta ao segundo item do questionamento em tela, *Qual é o procedimento que deve ser adotado quando da substituição/rescisão de contrato de profissionais (professores/monitores/cozinheiros e etc) quando da necessidade de afastamento por meio de licença maternidade?*”, a AJL afirmou ser de *“caráter eminentemente particular, não competindo à administração Pública adentrar no mérito”*.

21. A instrução concedeu-lhe razão, chamou à baila o art. 42⁴, XIX, da Lei n.º 13.019/2014, e concluiu que *“cabe exclusivamente à organização da sociedade civil responsabilizar-se pelos procedimentos para substituição de pessoal, rescisão de contrato individual de trabalho, afastamento em decorrência de licença maternidade, bem como outras situações relativas ao gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos...”*.

22. Acerca da dúvida *“É permitido às Entidades dispensar o pagamento, ou recolher a menor dos empregados o valor relativo ao recolhimento do percentual de 6% referente ao vale transporte, conforme disposto no Lei n.º 7.418/1985 e no Decreto n.º 95.247/1 985?”*, a Assessoria Jurídica manteve o entendimento a respeito do caráter particular e que não compete à Administração Pública adentrar no mérito.

23. De outra ponta, o Corpo Técnico levou a efeito análise do assunto, trazendo à peça os artigos 5º, 9º, 10 e 11 do Decreto n.º 95.247, de 17 de novembro 1987, que institui o vale-transporte, e concluiu alertando que *“as entidades parceiras devem observar as disposições da legislação vigente para proceder ao pagamento do vale-transporte, bem como ao desconto da parcela custeada pelo beneficiário, sendo possível o pagamento em pecúnia apenas nas hipóteses legais”*.

24. Por último, a respeito do questionamento 4, *“4. O saldo financeiro remanescente de um exercício pode ser utilizado no exercício seguinte caso o convênio venha a ser renovado ou aditivado?”*, a AJL e o Corpo Técnico consideraram, *litteris*:

45. O entendimento da AJL foi embasado no Parecer n.º 101/2013-PROCAD/PGDF7, emitido pela da Procuradoria Administrativa / Procuradoria Geral do Distrito Federal (PROCAD/PGDF), em resposta à consulta formulada

⁴ Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais: (Redação dada pela Lei n.º 13.204, de 2015)

[...]

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

pela Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal (atual Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal). Transcreve-se, abaixo, o teor do referido parecer, na parte que interessa:

“Para os casos de convênios de prestação continuada, cujo objeto não seja exaurido em razão de evento certo e determinado/determinável, o saldo remanescente, não utilizado no exercício financeiro em que foram implementados os repasses, deverá ser restituído por ocasião da última prestação de contas parcial anual.

Com efeito, aventar a possibilidade de retenção, pela conveniente, dos recursos excedentes não utilizados na execução do objeto do convênio significaria negar a própria existência e finalidade da prestação parcial de contas que lhe é exigida.

Destinando-se a prestação de contas a evidenciar a correta aplicação dos recursos públicos, a constatação de superávit demonstra incoerência no plano de trabalho ou inexecução (total ou parcial) do objeto conveniado. Assim, a própria boa-fé, norteadora de todas as relações contratuais, recomenda que o saldo positivo apurado ao final do exercício financeiro seja restituído concomitantemente com a última prestação de contas anual.

Ademais, em se tratando de convênio de natureza continuada, a retenção do ‘superávit’ por prazo indeterminado implicaria em usurpação, pelo particular, da função administrativa de descentralização do orçamento, ‘empenhando-se’ patrimônio público como forma de garantia pelos repasses futuros das parcelas pactuadas em convênio, em total arrepio à previsão contratual e em severo prejuízo a realização de outras ações estatais em prol da coletividade.

Há que se pontuar, ainda, que o convênio será contemplado por créditos próprios nos exercícios seguintes, na exata medida do ‘plano de trabalho’, razão pela qual não aparenta razoável a retenção, por prazo indeterminado, do saldo remanescente apurado nas contas da conveniente, ao final de cada exercício financeiro.”

46. Assim, tomando-se como fundamento as razões expostas no Parecer n.º 101/2013-PROCAD/PGDF (cuja íntegra encontra-se disponível em <http://parecer.pg.df.gov.br/arquivo/PROCAD/2013/PROCAD.0101.2013.pdf>), entende-se que, no caso de ajustes de prestação continuada, o saldo financeiro remanescente, não utilizado no exercício financeiro em que foram implementados os repasses, deverá ser restituído por ocasião da última prestação de contas parcial anual.

25. Em conclusão, a Instrução enfatizou que a consulta foi formulada em 15.12.2015, e a análise se deu com base na Lei nº 13.019/2014, que entrou em vigor em 23/01/2016, lembrou da possibilidade de existir convênio ou ajuste ainda regidos pela legislação vigente a tempo da sua celebração, na forma do art. 83⁵ do mesmo dispositivo legal.

⁵ Art. 83. As parcerias existentes no momento da entrada em vigor desta Lei permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária desta Lei, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

§1º As parcerias de que trata o caput poderão ser prorrogadas de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública, por período equivalente ao atraso. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

26. Anotou a Instrução que, como a consulente não atua com ações assistência à saúde, a presente resposta não levou em consideração ajustes firmados com tal objetivo. Dessa forma sugere ao Plenário:

I. conhecer:

- a) da consulta formulada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, mediante o Ofício n.º 2.400/2015-GAB/SE e anexos (e-DOC n.º A6F99B27), de 15/12/2015, com fundamento no art. 1º, XV, da Lei Complementar n.º 1, de 09/05/1994, c/c art. 194 do RI/TCDF .
- b) da Informação n.º 52/2016 – 2ª Diacom;

II. em resposta à referida consulta, informar à consulente que:

- a) o pagamento dos valores referentes a rescisões contratuais e anuênios de funcionários deve respeitar os prazos e percentuais dos normativos aplicáveis, caso a caso;
- b) mediante interpretação teleológica do art. 46, I, da Lei n.º 13.019/2014, e em homenagem ao princípio contábil da competência, poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas cujo fato gerador tenha ocorrido durante sua vigência ou, na hipótese de rescisão sem justa causa e com aviso prévio indenizado, imediatamente após o seu término;
- c) a continuidade da relação trabalhista não possui vínculo com a vigência da parceria firmada com o Ente Público, sobretudo, considerando-se que a responsabilidade pelo gerenciamento das despesas relativas a pessoal é exclusiva da entidade parceira (art. 42, XIX, da Lei n.º 13.019/2014) e que o pagamento de tais despesas não gera vínculo trabalhista entre os empregados e o poder público (art. 46, §3º, da Lei n.º 13.019/2014);
- d) poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas cujas finalidades estejam alinhadas ao seu objeto, observando-se o rol exemplificativo e as vedações constantes dos art. 46 e 45, respectivamente, da Lei n.º 13.019/2014;
- e) cabe exclusivamente à organização da sociedade civil responsabilizar-se pelos procedimentos para substituição de pessoal, rescisão de contrato individual de trabalho, afastamento em decorrência de licença maternidade, bem como outras situações relativas ao gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, na forma do art. 42, XIX, da Lei n.º 13.019/2014;
- f) as entidades parceiras devem observar as disposições da legislação vigente para proceder ao pagamento do vale-transporte, bem como ao desconto da parcela custeada pelo beneficiário, sendo possível o pagamento em pecúnia apenas nas hipóteses legais;
- g) no caso de ajustes de prestação continuada, o saldo financeiro remanescente, não utilizado no exercício financeiro em que foram implementados os

§ 2º As parcerias firmadas por prazo indeterminado antes da data de entrada em vigor desta Lei, ou prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido, no prazo de até um ano após a data da entrada em vigor desta Lei, serão, alternativamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

I - substituídas pelos instrumentos previstos nos arts. 16 ou 17, conforme o caso; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - objeto de rescisão unilateral pela administração pública. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

repasses, deverá ser restituído por ocasião da última prestação de contas parcial anual;

III. alertar à consulente que, na forma do art. 194, §2º, do RI/TCDF, a presente reposta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas, não, do fato ou caso concreto;

IV. autorizar:

- a) o encaminhamento da Decisão que vier a ser proferida, do voto condutor e desta Informação à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para fins de arquivamento.

27. Os autos foram levados à consideração do Excelentíssimo Senhor Relator que proferiu voto em que conhece da Representação da CEPAS, acolhendo o entendimento do Corpo Técnico, por meio do Despacho Singular nº 132/2016-CG/PT.

28. Em relatoria, informa o deferimento do pedido de tutela de urgência, formulado pela CEPAS, para determinar a suspensão cautelar no prazo estipulado para que as entidades conveniadas apresentassem justificativa ou devolvessem valores “*cujos critérios de apuração ainda estão sob a avaliação da Corte*”.

29. Registra, ainda, que, em relação à representação que aditou aquela inicial, “*...por versar sobre caso concreto de interesse das entidades representadas pelo CEPAS, deveria ser objeto de exame em autos apartados.*”.

30. Submeteu à Corte, para fins de ratificação, o Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT, em que decidiu monocraticamente:

I. conhecer da Representação formulada pelo Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS – com fulcro no § 1º do art. 195 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

II. determinar à SEEDF que, até ulterior deliberação plenária, suspenda cautelarmente o prazo estipulado no Ofício nº 158/2016-SUAG/SEEDF (e-DOC BFADCF13-c) para que as entidades conveniadas apresentem justificativas ou devolvam valores cujos critérios de apuração ainda estão sob a avaliação desta Corte;

III. conceder prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria de Estado de Educação se manifeste acerca da citada representação;

IV. alertar a SEEDF de que a resposta à consulta formulada pela então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, contida na Decisão nº 2671/2013 (Processo nº 24380/2012), por força do art. 194, § 2º, do RI/TCDF, aplica-se a todos os órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal;

V) autorizar:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

- a) a SEACOMP a desentranhar a representação e demais peças necessárias, juntando-as a processo atuado com a finalidade específica de exame da pretensão do CEPAS;
- b) o encaminhamento de cópia da representação, da informação e deste despacho singular à Secretaria de Estado de Educação – SEEDF;
- c) a ciência desta decisão ao representante, informando-lhe que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);
- d) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins, conferindo regime de urgência e tramitação prioritária.

31. Relatado o feito, submeteu voto ao Plenário para ratificar o Despacho Singular nº 114/2016-CG/PT, consoante art. 7º, § 4º, da Resolução nº 169/2004, ao tempo em que promoveu o exame do pedido de prorrogação de prazo constante do Ofício nº 457/2016-GAB/SE (BD2D11E4-c), bem como da documentação encaminhada à Corte mediante o Ofício nº 540/2016-GA/SE (CDC628F8-c), em atenção ao Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT, votando no sentido de que o egrégio Plenário:

I - com base no art. 7º, § 4º, da Resolução nº 169/2004, ratifique o Despacho Singular nº 132/2016-GC/PT;

II – conheça do pedido de prorrogação de prazo constante do Ofício nº 457/2016-GAB/SE (BD2D11E4-c), para declarar a sua perda de objeto em razão da superveniente juntada da manifestação da jurisdicionada em atendimento ao demandado pelo Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT;

III – conheça da consulta formulada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, mediante o Ofício n.º 2.400/2015-GAB/SE e anexos (e-DOC n.º A6F99B27), de 15/12/2015, com fundamento no art. 1º, XV, da Lei Complementar nº 1, de 09/05/1994, c/c art. 194 do RI/TCDF;

IV – preliminarmente, autorize o encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal, para emissão de parecer quanto ao mérito da consulta.

32. O Tribunal, por sua vez, proferiu a decisão, *in verbis*:

O Relator submeteu à consideração do Plenário o Despacho Singular nº 132/2016-GCPT, para os efeitos dos arts. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, 40 da Lei Complementar nº 1/94, 198 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal e 7º, § 4º, da Resolução nº 169, de 18 de novembro de 2004, alterada pela Resolução nº 182, de 23 de outubro de 2007.

DECISÃO Nº 1794/2016

O Tribunal, por unanimidade, decidiu: 1) com base no art. 7º, § 4º, da Resolução nº 169/2004, ratificar o Despacho Singular nº 132/2016-GC/PT; 2) de acordo com o voto do Relator: 2.1) conhecer do pedido de prorrogação de prazo constante do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Ofício nº 457/2016-GAB/SE (BD2D11E4-c), para declarar a sua perda de objeto em razão da superveniente juntada da manifestação da jurisdicionada em atendimento ao demandado pelo Despacho Singular nº 114/2016-GC/PT; 2.2) conhecer da consulta formulada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, mediante o Ofício nº 2.400/2015-GAB/SE e anexos (e-DOC nº A6F99B27), de 15/12/2015, com fundamento no art. art. 1º, XV, da Lei Complementar nº 1, de 09/05/1994, c/c o art. 194 do RI/TCDF; **2.3)** preliminarmente, autorizar o encaminhamento dos autos ao Ministério Público junto à Corte do Distrito Federal, para emissão de parecer quanto ao mérito da consulta.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPjTCDF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

SALA DAS SESSÕES, 12 de Abril de 2016

33. Os autos vieram ao Ministério Público por força do item “2.3” do *decisum* acima.
34. Trata-se de exame de matéria que possui desfecho de caráter normativo, com força de adsorver tese a ser aplicada em casos análogos, a teor do art. 194, § 2º, do RITCDF⁶, e regula a celebração e a execução de ajustes, à luz de recente dispositivo legal, Lei nº 13.019/2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias em regime de mútua cooperação entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.
35. De saída, cabe esclarecer que o exame está restrito aos ajustes e acordos celebrados na vigência do instituto norte da análise, a Lei nº 13.019/2014, em vigor desde 26/01/2016, e circunscrito aos itens objeto da consulta, não cabendo extensão por analogia.
36. A exemplo, e como salientou a Instrução, não são consideradas nessas notas as relações, parcerias ou outros ajustes voltados para ações na área de assistência à saúde, vinculando-se, assim, a análise na área de atuação da consulente.
37. De início veja-se o primeiro questionamento: “1. *Qual é o período, o percentual e modalidade em que as Instituições Conveniadas podem realizar o pagamento de valores referentes a rescisões contratuais e pagamento de anuênio de funcionários?*”

⁶ Art. 194. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal conhecerá das consultas que lhe forem formuladas pelo Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

[...]

§ 2º A resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejulgamento da tese, mas, não, do fato ou caso concreto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

38. A respeito do assunto, convém rever o dispositivo legal, art. 46 da Lei nº 13.019/14

art. 46. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria: (Redação dada pela Lei n 13.204, de 2015)

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, **durante a vigência da parceria**, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

39. Assiste razão à Instrução no que se refere ao anuênio - cuja natureza salarial foi pacificada pelo TST -, e quanto ao percentual, de que o consulente deve orientar-se pela legislação aplicável em cada caso.

40. De outra, como também observado pelo Corpo Técnico, a interpretação dada ao termo “**durante a vigência da parceria**”, levada a efeito de forma rígida à letra da lei não parece ser a melhor.

41. De fato, para que fosse dada aplicabilidade literal, seria necessário que a sociedade parceira tomasse todas as providências de aviso prévio e rescisão de forma que o pagamento ocorra, no máximo, no último dia da vigência da parceria. Apesar de ser passível de implementação, dificulta sobremaneira a execução e o controle.

42. Por certo, não parece ser esse o espírito da lei. De forma que se considera correta a interpretação conduzida pela Instrução, de que deve ser observado o fato gerador da despesa, e não a data do seu pagamento.

43. Contudo, nesse ponto, é dever considerar a possibilidade de serem usados os recursos vinculados à parceria para pagamento de despesas de rescisão contratual **de pessoal próprio da organização da sociedade civil**, que, claro, não teve a contratação vinculada ao plano de trabalho.

44. Da mesma forma, e a título de ilustração, haveria, em tese, a possibilidade de a sociedade parceira firmar o ajuste e, em seguida, demitir pessoal próprio, cuja contratação não se vincula ao plano de trabalho, pagando despesas com as **verbas rescisórias** por meio de recursos vinculados à parceria.

45. Ora, com tais atitudes, a sociedade parceira estaria deliberadamente esquivando-se dos custos particulares com seus funcionários, **às expensas do ente público e, desviando-se da finalidade do ajuste**. Por certo não é esse o intento da lei. Permitir tal conduta contrariaria os princípios da moralidade e da razoabilidade, assim como os princípios de proteção ao emprego insculpidos na lei trabalhista.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

46. Depreende-se, então, da discussão acima que **apenas a remuneração e os custos indiretos decorrentes do trabalho (encargos sociais e trabalhistas)**,⁷ do pessoal próprio encarregado da execução do plano de trabalho se aninha à autorização contida no dispositivo legal em análise.

47. Reforça a tese a determinação contida no art. 45, I, *in verbis*:

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo **vedado**: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - utilizar recursos para **finalidade alheia ao objeto** da parceria; (destaquei)

48. No que se refere à continuidade da relação trabalhista, o **Parquet** especializado concorda com a Instrução e com a AJL. A interrupção ou não do contrato de trabalho entre a sociedade parceira e o trabalhador independe da vigência da parceria firmada com o Ente Público.

49. A responsabilidade pelo gerenciamento das despesas relativas a pessoal é exclusiva da entidade parceira (art. 42, XIX, da Lei nº 13.019/2014), e o pagamento de tais despesas não gera vínculo trabalhista entre os empregados e o poder público (art. 46, §3º, da Lei nº 13.019/2014).

50. Quanto ao questionamento “3. *Quais são as obrigações trabalhistas que devem/podem ser suportadas pelos convênios?*”, o **Parquet** especializado aquiesce com a Instrução de que, além daquelas despesas exemplificadas no art. 46, acima, podem ser pagas obrigações trabalhistas decorrente de trabalho executado cujas finalidades estejam **vinculadas** ao objeto do plano de trabalho da parceria, devendo ser observadas as vedações contidas no art. 45, I e II da Lei nº 13.019/2014.

51. De relevo apontar que na prestação de contas da sociedade civil deverá constar a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e resultados esperados (art. 64, *caput*, Lei nº 13.019/14), e, conforme o §2º do mesmo dispositivo legal, “*Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o **nexo de causalidade** entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.*”, destaque nosso.

52. Em relação aos demais questionamentos, abaixo transcritos, não há reparos ou acréscimos na análise levada a efeito pelo Corpo Técnico:

“Quais devem/podem ser suportadas pelas Entidades?”

Qual é o procedimento que deve ser adotado quando da substituição/rescisão de

⁷ Que, por determinação legal, são retidos e recolhidos pelo empregador por decorrem da percepção de salário pelo empregado, decorrente da relação trabalhista, e que, de outra ponta, não seria correto que sociedade civil parceira suportasse tais custos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

contrato de profissionais (professores/monitores/cozinheiros e etc) quando da necessidade de afastamento por meio de licença maternidade?

É permitido às Entidades dispensar o pagamento, ou recolher a menor dos empregados o valor relativo ao recolhimento do percentual de 6% referente ao vale transporte, conforme disposto na Lei nº 7.418/1985 e no Decreto nº 95.247/1 985?

4. O saldo financeiro remanescente de um exercício pode ser utilizado no exercício seguinte caso o convênio venha a ser renovado ou aditivado?"

53. O Ministério Público **concorda** com as sugestões do Corpo Técnico, e **acresce** que **não poderão ser pagas despesas com verbas rescisórias de pessoal próprio da organização da sociedade civil**, assim entendido aqueles contratados antes da parceria ou contratados com **finalidade alheia** ao objeto da parceria, **com recursos vinculados à parceria**.

54. De outra, pugna para que, quando a mão de obra envolvida na execução desses ajustes ou parcerias **configurar a substituição** de servidores e empregados públicos, nos termos do § 1º do art. 18 da LRF e dos critérios definidos na alínea "b" do item III da Decisão nº 2.498/04⁸, o Tribunal **considere** a despesa na verificação do cumprimento do limite de gasto com pessoal, previsto no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim como nos contratos de gestão, consoante item II, da Decisão nº 2753/15⁹.

55. Por último, importante registrar recente Auditoria Integrada, que teve por objetivo o exame da regularidade e transparência na gestão dos convênios firmados pelo GDF com instituições privadas sem fins lucrativos no período de 2012 e 2013, Processo nº 1.828/2013.

56. Naqueles autos a Corte prolatou a Decisão n.º 1.877/2015, em que conheceu do Relatório Final de Auditoria e emitiu determinações diversas aos entes auditados e ao Banco de Brasília S/A. – BRB, com expedição de alerta aos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal em relação às disposições da Lei n.º 13.019/2014, no que interessa, *in verbis*:

[...]

III – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do

⁸ III. firmar o entendimento de que:

[...]

b) não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do item "a" acima, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente: b.i) sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento; b.ii) não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente, ou que tenha sua desnecessidade declarada por meio de ato administrativo; b.iii) não caracterizem relação direta de emprego;

⁹ II – informar aos titulares da SEF/DF e da Seplan/DF e ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal que o Tribunal considerará, para a verificação do cumprimento do limite previsto no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal dos contratos de gestão firmados pela Administração quando a mão de obra envolvida na execução desses ajustes configurar a substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do § 1º do art. 18 da LRF e dos critérios definidos na alínea "b" do item III da Decisão nº 2.498/04;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Distrito Federal – SEPLAG/DF que promova a inclusão, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de regras específicas sobre a execução das despesas oriundas de emendas parlamentares, com enfoque nas atribuições dos entes repassadores dos recursos, em especial no tocante à observância dos critérios para seleção das entidades, em consonância com o disposto na nova Lei n.º 13.019/2014, aplicável ao Distrito Federal com força de norma geral para as parcerias voluntárias (Achado 01); IV – determinar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal – Segad/DF que: a) no uso de suas atribuições regimentais, garanta a capacitação aos gestores e agentes públicos da Administração Pública distrital que atuam na área de parcerias com organizações da sociedade civil, de modo a coibir a ocorrência de irregularidades, conforme evidenciado no Relatório de Auditoria, considerando, ainda, o novo cenário instituído pela Lei n.º 13.019/2014, que trata do regime jurídico das parcerias voluntárias, que impõe novos procedimentos, controles e prazos para celebração e execução dos ajustes (Achado 01); b) no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação para implementação da determinação constante do item III, alínea ‘a’, contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando prazo e a unidade/setor responsável pela implementação conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório de Auditoria (Achado 01); V – determinar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECULT/DF e ao Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal – FAC/DF que: a) estabeleçam critérios objetivos de seleção e julgamento de propostas nos editais de Chamamento Público, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e, se for o caso, ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, em especial para os quesitos que compõem a avaliação do ‘Mérito Cultural’ nos editais do FAC, de maneira a evidenciar a transparência e impessoalidade dos procedimentos de análise aos proponentes (Achado 02); b) adotem medidas para que as notas atribuídas pelo Conselho de Cultura na avaliação dos Projetos Culturais sejam devidamente fundamentadas, de maneira a evidenciar a transparência e impessoalidade dos procedimentos de análise aos proponentes, uma vez que se trata de decisão não passível de etapa recursal (Achado 02); c) abstenham-se de celebrar convênios com entidades privadas, doravante denominados, nos termos da Lei n.º 13.019/2014, ‘Termo de Colaboração’ ou ‘Termo de Fomento’, sem a prevalência de interesse comuns e coincidentes, e que tenha como objeto, na essência, a prestação de serviços passíveis de licitação pela própria Administração, sob pena de configurar contraprestação de serviços e burla ao dever de licitar (Achado 04); d) abstenham-se de utilizar instrumento de contrato de concessão de apoio financeiro a projetos artísticos e culturais quando demonstrado o interesse recíproco dos partícipes, passando a observar o disposto na Lei n.º 13.019/14 a partir da sua vigência (Achado 05); e) exijam que os serviços ofertados a título de contrapartida sejam prestados no objeto do ajuste firmado, sendo vedado o oferecimento de serviços e bens que não possuam nexo causal direto com o objetivo do ajuste (Achado 10); f) quando exigirem contrapartida em suas parcerias com organizações da sociedade civil, efetuem controle rigoroso da execução das mesmas, inclusive por meio de comprovação ‘in loco’ dos serviços prestados, exigindo, ainda, o detalhamento dos gastos e a compatibilidade dos custos propostos com os preços praticados no mercado (Achado 10); VI – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDHS/DF que efetue análise periódica



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

(mensal ou trimestral) do **quantitativo de atendimento** estipulado nos planos de trabalho, a fim de certificar que está compatível com a demanda social, de modo a **coibir o desperdício de recurso** (Achado 07); VII – determinar ao FAC/DF, à SECULT/DF, à SE/DF e à SEDHS/DF que: a) dotem os setores responsáveis pela análise das prestações de contas com pessoal em quantitativo suficiente e com a devida qualificação para desempenho das atividades (Achado 06); b) adotem providências no sentido de **apreciar conclusivamente todas as prestações de contas** pendentes de análise referentes aos convênios e ajustes de apoio financeiros celebrados, instaurando, se for o caso, as respectivas TCEs em caso de irregularidades na comprovação da aplicação dos recursos (Achado 06); c) acompanhem os prazos estipulados para as prestações de contas, parciais e final, a fim de exigir dos convenientes o encaminhamento tempestivo da documentação necessária, sob pena de rejeição das contas e instauração de tomada de contas especial (Achado 06); d) registrem no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO o **descumprimento do prazo previsto para encaminhamento das prestações de contas** (Achado 06); e) no exame das prestações de contas das parcerias celebradas, adotem os seguintes mecanismos de controle (Achado 07): e.1) **exijam a comprovação da compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado**; e.2) **realizem pesquisas de preços** para verificar a conformidade dos valores contratados com os praticados no mercado; e.3) **não sejam aceitas notas fiscais com discriminação genérica**; e.4) **exijam que os gastos com hospedagem estejam comprovados por meio de cópia de nota fiscal detalhada dos hotéis subcontratados e por relação emitida pela subcontratada, com o nome dos participantes hospedados**; e.5) **exijam que os gastos com passagens aéreas sejam comprovados por meio de cópia dos respectivos bilhetes de passagem/cartão de embarque**; e.6) **exijam que os gastos com alimentação sejam comprovados por meio de cópia da nota fiscal e do voucher emitidos pela empresa subcontratada**; e.7) **não sejam aceitos gastos telefônicos não justificados, desvinculados do objeto do ajuste**; e.8) **procedam ao exame rigoroso dos documentos fiscais** encaminhados pelas entidades, comunicando aos órgãos técnicos competentes os casos de suspeita de **documentos inidôneos**; f) orientem as entidades no tocante às legislações vigentes em vista da obrigatoriedade de retenção na fonte e do recolhimento de tributos e de encargos trabalhistas e previdenciários referentes aos serviços subcontratados (Achado 07); g) em atenção aos art. 10 e 11 da Lei n.º 13.019/14 observada a vigência dessa Lei, mantenham, em seus sítios oficiais, relação das parcerias celebradas, contendo, no mínimo, data do ajuste, nome da entidade, CNPJ, descrição do objeto, valor total da parceria e os montantes liberados e situação das prestações de contas (Achado 12); h) no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação para implementação das determinações constantes do item VI, alíneas 'a', 'b' e 'g', contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando prazo e a unidade/setor responsável pela implementação conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório de Auditoria (Achado 06) e (Achado 12); VIII – **determinar** à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CG/DF que **instaure tomada de contas especial**, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 01/1994, para **identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos** em razão das **irregularidades** apontadas no Achado 07 do Relatório de Auditoria, referentes a **convênios celebrados no âmbito da Sedhs/DF, Secult/DF, FAC/DF e SE/DF** (Achado 07); IX – determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*Federal – SEF/DF que: a) adote medidas objetivando a **padronização da classificação contábil** referente às **transferências** de recursos efetuadas por meio de **convênio**, a ser denominado **‘Termo de Colaboração’** ou **‘Termo de Fomento’**, conforme disposições da Lei n.º 13.019/2014, e de contratos de apoio financeiro realizados pelo FAC, oferecendo, por exemplo, orientação aos gestores e divulgação de casos práticos (Achado 11); b) implante sistema de informática que permita o acompanhamento on-line de todos os instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos a entidades do setor privado, que possa ser acessado por qualquer cidadão via rede mundial de computadores, contendo, a título de exemplo, dados referentes à parceria celebrada e resultados atingidos com a execução, além de espaço para apresentação de eventuais denúncias (Achado 12); c) no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe plano de ação para implementação da determinação constante do item VIII, alínea ‘b’, contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando prazo e a unidade/setor responsável pela implementação conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório de Auditoria (Achado 12); X – determinar ao Banco de Brasília S.A. – BRB que não promova cobrança de taxas bancárias de qualquer natureza em contas específicas para movimentação de recursos de convênios celebrados entre órgãos da Administração Pública distrital e entidades privadas sem fins lucrativos (Achado 07); XI – **alertar os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal** para que: a) **observem as disposições na nova Lei n.º 13.019/14**, que estabelecem o novo regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, que trouxe novos procedimentos para a celebração de ‘convênio’, doravante denominado ‘Termo de Colaboração’ ou ‘Termo de Fomento’, em especial, no tocante à(s)/ao(s): a.1) **obrigatoriedade de realização de chamamento público** para seleção das entidades sem fins lucrativos (art. 24) (Achado 01); a.2) **obrigatoriedade de o edital de chamamento especificar, dentre outros, as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso (art. 24, § 1º, V) (Achado 02); a.3) elementos que devem constar do plano de trabalho, como a demonstração de compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza (art. 22) (Achado 03); a.4) inclusão no rol de atos de improbidade administrativa, dentre outros, da conduta de ‘celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.’ (art. 77, XVIII); de ‘agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise de prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.’ (art. 77, XX); de ‘liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.’ (art. 77, XXI) (Achado 04), (Achado 07) e (Achado 08); a.5) **obrigatoriedade de o gestor, previamente à celebração dos ajustes, avaliar a capacidade operacional de o órgão ou entidade apreciar as prestações de contas na forma e prazos determinados na legislação (art. 8º) (Achado 06); a.6) vedação de celebração de parcerias e repasse de recursos para entidades que não tenham apresentado prestação de contas no prazo estipulado, configurando omissão no dever de prestar contas (arts. 39 e 48) (Achado 06); a.7) prazo máximo de 150*****



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

(cento e cinquenta) dias para que a Administração Pública aprecie as prestações de contas das entidades parceiras (art. 71) (Achado 06); a.8) obrigatoriedade de constituição de Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas, sendo, pelo menos, 2/3 de servidores efetivos da Administração (art. 2º, XI) (Achado 7); a.9) **obrigatoriedade da organização da sociedade civil dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do termo de fomento ou de colaboração (art. 47, §4º) (Achado 7)**; a.10) não exigência de contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida econômica (art. 35, §1º) (Achado 10); a.11) obrigatoriedade de a Administração Pública manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, na forma indicada nos arts. 10 e 11 (Achado 12); a.12) obrigatoriedade de a organização da sociedade civil manter, em seu sítio na internet, caso disponha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o Poder Público (art. 11) (Achado 12); a.13) obrigatoriedade da Administração Pública divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos (art. 12) (Achado 12); b) verifiquem por si próprios a adequação dos custos propostos àqueles praticados no mercado, ainda que exija do proponente a apresentação de orçamentos ou compatibilidade com tabelas de referência (Achado 03); c) registrem no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO a situação de inadimplência das entidades convenientes, de maneira a divulgar às demais unidades gestoras a referida condição (Achado 08); XII – alertar a SEDHS/DF de que a contratação direta de entidades sócio-assistenciais, com fundamento de que se trata de parceria que vem sendo realizada de forma ininterrupta, não encontra suporte legal na nova Lei n.º 13.019/14, que estabeleceu o novo regime jurídico das parcerias voluntárias (Achado 01); XIII – alertar a Secult/DF e o FAC/DF de que: a) atividades finalísticas previstas nos Planos de Trabalho e Projetos culturais celebrados com organizações da sociedade civil, a exemplo de coordenação, produção, gestão, direção, mediação, assistência, devem ser executadas pessoalmente pelas convenientes, pelo caráter “intuitu personae” da relação jurídica, cabendo a subcontratação apenas de serviços acessórios e complementares, sob pena de configurar burla ao procedimento licitatório (Achado 07); b) as atribuições inerentes ao acompanhamento e à análise técnica e financeira das prestações de contas não são passíveis de terceirização, tendo em vista que constituem atividade precípua e finalística da Administração Pública (Achado 09); XIV – alertar a SE/DF para que oriente as unidades técnicas para: 1) a elaboração de cardápios adequados às necessidades da faixa etária das crianças atendidas nas creches conveniadas; 2) exigir das convenientes o planejamento das aquisições, a fim de evitar concentração de gastos ao final do exercício/convênio (Achado 07); XV – alertar o Exmo. Governador do Distrito Federal de que a inexistência de Unidade de Controle Interno no âmbito da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e do Fundo de Apoio à Cultura, em inobservância ao Decreto n.º 32.752/2011, contribui para o enfraquecimento dos controles e para a ocorrência de irregularidades na gestão (Achado 07); XVI – alertar a SEF/DF de que, nos termos do art. 81 da Lei n.º 13.019/14, o Distrito Federal poderá aderir ao Siconv (Achado 12); XVII – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Relatório Final de Auditoria n.º 1.2006.13 e do relatório/voto do Relator ao Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal, ao BRB, ao FAC/DF, à Secult/DF, à SE/DF, à SEDHS/DF, à



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Seplag/DF, à Segad/DF, à SEF/DF e à CG/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências determinadas nesta decisão; b) o encaminhamento de cópia desta decisão aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal; c) o encaminhamento de cópia desta decisão e do Relatório Final de Auditoria à Secretaria de Contas deste Tribunal, para apurar eventual repercussão das impropriedades apontadas nos Achados de Auditoria 04 (Celebração de convênio com entidades privadas sem a prevalência de interesses comuns caracterizando a contraprestação de serviços) e 09 (Impropriedades na terceirização de serviços de análise de prestação de contas) nas contas anuais da Secult/DF e do FAC/DF, relativas aos exercícios 2012 e 2013 (Achado 04) e (Achado 09); d) o encaminhamento de cópia desta decisão e do Relatório de Final de Auditoria n.º 1.2006.13 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para adoção das providências que julgar cabíveis em relação às situações evidenciadas no Achado 07 (Documentos comprobatórios inidôneos), considerando o entendimento firmado por esta Corte de Contas na Decisão administrativa n.º 06/2006 (Achado 07); e) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para adoção das providências pertinentes". (destaquei)

57. Considerando a importância da matéria, o rol de achados de auditoria, e que os **acréscimos** propostos **podem influenciar as regulamentações** determinadas no bojo do *decisum* acima, bem como na elaboração dos planos de trabalho das parcerias, dos convênios, dos termos de colaboração e de fomento, pugno por que a egrégia Corte determine que sejam considerados naqueles autos.

58. Por fim, é dever chamar a atenção para a necessária fiscalização dos ajustes em tela.

59. Como é sabido, a respeito da responsabilidade subsidiária nos contratos públicos, destaca-se a controvérsia quanto à interpretação que o Tribunal Superior do Trabalho conferiu ao art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

*Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

60. Interpretação do TST¹⁰:

Súmula n° 331 do TST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

¹⁰ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula de jurisprudência, enunciado nº 331 (Contrato de prestação de serviços. Legalidade). DEJT 27, 30 e 31.05.2011. Disponível em: www.tst.jus.br. Acesso em: 23 de fev. 2014.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (destaquei)

61. As alterações¹¹ no item **IV e os itens inseridos, V e VI**, decorreram do entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, a respeito do questionamento sobre a

¹¹ A jurisprudência recente do TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RITO SUMARÍSSIMO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. TOMADOR DE SERVIÇOS. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. COMPROVAÇÃO DA CULPA -IN VIGILANDO- NECESSIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RITO SUMARÍSSIMO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. TOMADOR DE SERVIÇOS. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. COMPROVAÇÃO DA CULPA -IN VIGILANDO-. NECESSIDADE. Não comprovada a culpa -in vigilando- da entidade pública, a decisão proferida pelo Regional contraria a jurisprudência pacífica desta Corte, consagrada no antigo item IV e atual item V da Súmula n.º 331. Agravo de Instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. TOMADOR DE SERVIÇOS. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. COMPROVAÇÃO DA CULPA -IN VIGILANDO-. NECESSIDADE. De acordo com a nova redação conferida à Súmula n.º 331 do TST, os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/93; a aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Ora, não havendo comprovação da inobservância do dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos promovidos com a prestadora de serviços (arts. 58, III, 67 e 70 da Lei n.º 8.666/93), não há de se falar em negligência, nem responsabilidade subsidiária da Administração Pública. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST - RR: 7106320115050133 710-63.2011.5.05.0133, Relator: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 22/05/2013, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2013).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

inconstitucionalidade do § 1º do art. 71, da Lei 8.666/93, afastada por meio da decisão prolatada na ADC 16¹², *verbis*:

RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica. Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995. (STF - ADC: 16 DF, Relator: Min. CEZAR PELUSO, Data de Julgamento: 24/11/2010, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-173 DIVULG 08-09-2011 PUBLIC 09-09-2011 EMENT VOL-02583-01 PP-00001)

62. No que diz respeito aos encargos trabalhistas inadimplidos pela empresa contratada, o STF entendeu que a responsabilidade da Administração Pública **não é automática**. Necessária a conduta culposa - culpa “*in vigilando*”-, do ente público, que deixa de fiscalizar o cumprimento das obrigações legais atinentes à execução do contrato firmado.

63. Com o objetivo de resguardar a Administração Pública da responsabilidade subsidiária, o assunto foi regulado na esfera federal pela a IN nº 2/2008-SLTI/MPOG, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. Anote-se que tal IN foi recepcionada pelo Decreto nº 36.063/2014¹³ no âmbito do DF, disciplina a contratação de serviços, excertos de interesse.

64. O assunto é objeto do Processo nº 32.093/2015-e, que alberga a Auditoria de Regularidade para avaliar a suficiência das medidas adotadas pelo GDF no sentido de mitigar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública prevista na Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho – TST, bem como a conformidade e o impacto financeiro das repactuações e revisões de contratos de prestação de serviços continuados no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal, em cumprimento às Decisões nº 1.922/2015 e nº 6.369/2014.

65. Para o caso de **convênios**¹⁴ e **congêneres**, cita-se julgado da Quarta Turma do TST (AIRR-1191-13.2011.5.04.0017¹⁵), que entendeu, *litteris*:

¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADC 16/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, j. 24/11/2010, p. DJe 09/09/2011. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 23 de fev. 2014.

¹³ Art. 1º Aplicam-se às contratações de serviços, continuados ou não, **no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, no que couber, as disposições da Instrução Normativa nº 2**, de 30 de abril de 2008, da Subsecretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas correspondentes alterações.

¹⁴ Vale registrar que **não mais se encarta a figura clássica dos convênios** para fins de celebração de **parcerias** entre órgãos públicos e organizações de terceiro setor, por força da Lei nº 13.019/2014:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

EMENTA¹⁶: AGRADO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO. SÚMULA Nº 331 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

1. Educação é dever primacial do Estado (Constituição Federal, art. [205]).

*2. Se o ente público (Município) louva-se de **convênio** com outra pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de educação, **suporta responsabilidade subsidiária em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pelo empregador.***

3. Conquanto não haja propriamente terceirização de serviços e, sim, contratação direta para prestação de serviços diretamente ao ente conveniado, em realidade o ente público é o beneficiário direto e indireto de um serviço tipicamente estatal cuja execução transfere injustificadamente a outrem. Inteligência da Súmula nº 331, itens IV a VI, do Tribunal Superior do Trabalho.

4. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento. (TST - RR: AIRR-1191-13.2011.5.04.0017, Relator: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 22/05/2013, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2013)

66. Ocorre que a Lei nº 13.019/14, que trata do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, prevê **explicitamente que não há responsabilidade solidária ou subsidiária do ente público** nos acordos e parcerias firmados, inclusive fazendo constar do referido instrumento, como se vê:

*Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que **terá como cláusulas essenciais**: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

*XIX - a **responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos,***

Art. 84. Não se **aplica às parcerias regidas por esta Lei** o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **convênios**: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3o. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 84-A. A partir da vigência desta Lei, **somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84.** (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (destaquei).

¹⁵ Trata-se de caso concreto. Em uma sociedade beneficente contratada pelo município de Porto Alegre (RS) para prestação de serviços, uma atendente de creche, após ser despedida, ajuizou reclamação requerendo o pagamento de verbas rescisórias decorrentes do rompimento do vínculo empregatício. A sociedade beneficente alegou que, embora contratada formalmente pela mantenedora da creche, a reclamante, na verdade, prestava **serviços de educação infantil ao ente público municipal**. Condenado no primeiro e segundo graus, o município levou o caso ao TST. (destaque nosso)

¹⁶ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Quarta Turma. Recurso de Revista 710-63.2011.5.05.0133, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, j. 22/05/2013, p. DEJT 24/05/2013. Disponível em: www.tst.jus.br. Acesso em: 23 de fev. 2014.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

67. Registre-se, ainda, que não mais se encaixa a figura clássica dos convênios para fins de celebração de parcerias entre órgãos públicos e organizações de terceiro setor, por força da Lei nº 13.019/2014:

Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

*Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **convênios**: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3o. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

*Art. 84-A. A **partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84.** (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (destaquei).*

68. Tal entendimento não afasta o dever de cautela estatal, e tampouco o alerta ministerial, ainda atual, de que tais obrigações trabalhistas devem ser incluídas no Plano de Aplicação do aludido convênio (item 34, Parecer Nº 1806/2012 – DA).

É o parecer.

Brasília, 12 de setembro de 2016.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora